

AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE SATISFAÇÃO E VULNERABILIDADE AO ESTRESSE EM AGENTES PENITENCIÁRIOS NO CONTEXTO LABORAL

CARREIRO, Adriana Aparecida Garbin¹

DUTRA, Gêssica Rodrigues²

CAMPOS, Marisa Moreira³

RESUMO

Primando compreender os impactos relacionados do trabalho no contexto carcerário, esta pesquisa se propôs a avaliar os níveis de vulnerabilidade ao estresse em agentes penitenciários em uma cidade do oeste do Paraná. Traz como problemática e objetivo geral avaliar se o contexto laboral pode ou não favorecer a vulnerabilidade ao estresse. Trata-se de um estudo quantitativo descritivo inferencial, utilizando como instrumentos para a coleta de dados o questionário sócio demográfico elaborado pelas pesquisadoras e a Escala de Vulnerabilidade ao Estresse - EVENT. A pesquisa foi realizada em duas penitenciárias estaduais em uma cidade do oeste do Paraná, com a participação voluntária de trinta agentes. Os resultados revelaram que apesar de sentirem-se satisfeitos em exercer suas atividades, ainda assim, escolheriam outra função, apresentando níveis elevados de estresse. Concluiu-se que o contexto laboral do agente penitenciário favorece a vulnerabilidade ao estresse, apontando que esse fenômeno já está instalado em 50% da população pesquisada, demonstrando a necessidade de voltar o olhar para esses servidores no tocante ao comprometimento da sua saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental; Estresse; Agente Penitenciário; Contexto Prisional.

ABSTRACT

With its priority to understand the related impacts of work in the prison context, this research aimed to evaluate the levels of vulnerability to stress in prison officers in a city in the west of Paraná. Its problematic and general objective is to evaluate whether or not the work context may favor vulnerability to stress. This is a descriptive quantitative inferential study, using as tools for data collection the socio-demographic questionnaire, prepared by the researchers, and the Stress Vulnerability Scale (EVENT). The survey was conducted in two prisons in a city in western Paraná, with the voluntary participation of thirty agents. The results revealed that although they were satisfied with their activities, they would still choose another duty, presenting high levels of stress. It was, therefore, concluded that the work context of the prison agent indeed favors the vulnerability to stress, pointing out that such phenomenon is already present in 50% of the researched population, demonstrating the need to look back at these servers regarding the impairment of their mental health.

Key words: Mental health, Stress, Penitentiary Agent, Prison Context

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, no Brasil, a taxa de aprisionamento aumentou 157% entre o período de 2000 a 2016, alcançando a marca histórica de 726.712 pessoas privadas de liberdade, sendo atualmente apontado como o 3º país do

¹Orientadora. Psicóloga com formação na abordagem cognitiva, especialização em educação especial e mestre em psicologia forense. Docente do curso de Psicologia e dos cursos de Pós-Graduação da Universidade FAG. Email: adrianagarbin@fag.edu.br

²Acadêmica do curso de psicologia, Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, 10º período.
Email: gessicardutra@gmail.com

³Acadêmica do curso de psicologia, Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, 10º período.
Email: mmcampospsico@gmail.com

mundo com o maior número de população carcerária. Os agentes penitenciários, APs, são os sujeitos cujo ofício exige desde o contato direto com os apenados até as funções burocráticas, tendo como rotina a convivência diária em um ambiente considerado hostil, precário, insalubre e inseguro. (INFOPEN, 2016).

Para Filho (2013), às superlotações no sistema carcerário, o envolvimento de presos em organizações criminosas e a falha em pessoal são alguns dos principais problemas nas penitenciárias brasileiras. Nesse sentido, nota-se que há uma certa incongruência para o exercício da profissão do agente penitenciário, pois ao mesmo tempo que representam a personificação do Estado aplicando a lei e punição, são responsáveis também por propiciar as condições favoráveis para o processo de ressocialização do apenado.

Segundo a resolução n ° 1, de 09 de março de 2009, a estimativa ideal de custódia é de um agente para cada cinco detentos, mas de acordo com o INFOPEN (2016), a média nacional atualmente é de 8,2 e no estado do Paraná chega a 12,7 por preso. Outro dado alarmante, a respeito da vivência no cárcere no estado paranaense, evidenciou que entre 2013 e 2015, aconteceram 28 rebeliões em penitenciárias distintas, cerca de 57 agentes foram feitos reféns, e que nos últimos nove anos, 16 agentes prisionais morreram por conta de sua atividade. (*apud* MARIANO, 2016).

Diante de tamanha responsabilidade, o Departamento de Penitenciária Nacional, DEPEN (2011), elaborou um manual que regulamenta os direitos e deveres do agente penitenciário. Para ingressar-se no sistema prisional, é necessário submeter-se aos critérios de seleção, começando pela prova objetiva, além da avaliação física e psicológica. A respeito das atribuições e dos deveres prioritários, esse documento ressalta as ações de vigilância, fiscalização, inspeção, revistas e locomoção dos encarcerados, primando a segurança dos internos e da instituição. Sobre a conduta, espera-se que o agente penitenciário desenvolva um vasto repertório de competências, podendo ser destacados honestidade, responsabilidade, equilíbrio emocional, autoridade, flexibilidade, comunicabilidade e perseverança.

Culturalmente, de acordo com Lopes (2002), o início da ocupação de agente de segurança prisional, esteve associada a situações de segregação e tortura, tendo como premissa a punição dos criminosos, objetivando preservar a ordem social. Por conta dessa construção histórica, essa profissão padece de tal estigma até os dias atuais, sendo percebida socialmente como uma ocupação pouco admirada e regida por condutas violentas, corruptas e negligentes. Essa concepção errônea e generalista compromete diretamente a simbolização da importância do papel do agente penitenciário e o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade, prejudicando sua atuação, satisfação e saúde mental desses profissionais em desempenhar seu ofício. (LOURENÇO, 2011).

No contexto prisional, os agentes penitenciários estão expostos a diversas situações como

agressões verbais e físicas, automutilações, tentativa de suicídio, doenças, crises psiquiátricas, greves e motins. Essa profissão implica em risco para a vida dos envolvidos e também intenso controle emocional e disciplina, por outro lado, deparam-se com dilemas contraditórios como cuidar, reeducar, regenerar o apenado e ao mesmo tempo punir, vigiar e controlar. (LOURENÇO, 2010).

A dinâmica do cárcere é permeada por características singulares devido à alta complexidade a que se propõe. Os desafios da vida intramuros estão atrelados a altos níveis de tensão emocional e periculosidade, sendo considerado como um ambiente estressor. De acordo com a literatura e os estudos dedicados a esse grupo de servidores, as principais causas de adoecimento foram apontadas como as más condições estruturais, falta de reconhecimento, rebeliões, acúmulo de funções, ausência de equipamentos e materiais, equipe insuficiente, exposição a riscos e violência, receio em contrair doenças, conflito de papéis, estigma da profissão, superlotação e ritmo acelerado das tarefas laborais. (LOPES 2002; MOLINA e CALVO 2010; TSCHIEDEL e MONTEIRO 2013; MORAES 2013; BEZERRA, ASSIS e CONSTANTINO 2016; MARIANO 2016).

Conforme os dados da Divisão de Saúde e Medicina Ocupacional do Estado do Paraná, publicados em 2016, pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná - SINDARSPEN, a principal causa de afastamento por motivos de saúde dos agentes prisionais está relacionada a transtornos mentais e comportamentais. Revela ainda que o estresse é o sintoma mais prevalente por esses servidores, seguido de medo, instabilidade emocional, sobrecarga de trabalho, frustração, além da falta de reconhecimento. (MARIANO, 2016).

A primeira definição de estresse foi descrita por Selye (1959), como uma reação do organismo a uma situação ameaçadora. A descrição do autor abarca, a princípio, os aspectos biológicos, denominada Síndrome Geral de Adaptação, contemplando três fases significativas para a classificação desse fenômeno, sendo a primeira denominada de fase de alarme, na qual o organismo tende a fugir ou esquivar-se dos eventos estressores com o intuito de se preservar, a segunda é a de resistência, quando se utiliza como estratégia de adaptação primando a homeostase, e a terceira é a fase de exaustão, percebida quando o organismo permanece no ambiente estressor esgotando suas energias, sendo acometido por doenças.

Posteriormente, Lipp e Guevara (1994) identificaram uma quarta fase classificada como fase de quase exaustão, referindo à debilidade do sujeito em adaptar-se e suportar ao estressor. Distinguiram também alguns dos sintomas fisiológicos mais prevalentes do estresse sendo eles: sudorese exacerbada, náuseas, rigidez muscular, taquicardia, aumento da pressão arterial, movimentos bruscos da mandíbula, bruxismo, hiperatividade e esfriamento dos pés e mãos. Já os psicológicos, foram citados a ansiedade, depressão, tensão, apatia, desânimo, raiva, angústia, distúrbios do sono, dificuldade em tomada de decisão e no estabelecimento das relações

interpessoais, insegurança consigo, excesso de preocupações, dificuldade de desfocar dos assuntos estressores, falta de concentração, hipervigilância e hipersensibilidade emotiva.

Entre os teóricos do meio científico, não há um consenso sobre a definição do estresse, sendo que alguns especificam como uma reação ou resposta, outros como um estímulo ou antecessor, e há quem defenda ainda que se dá através da interação do organismo com o ambiente e seus efeitos. Sobre o prisma da Psicologia Cognitiva, esse fenômeno se desencadeia pela relação singular do sujeito e o contexto em que está inserido como uma tentativa de ajuste e adaptação, e considera o processamento psicológico dessa interação essencial para as possíveis potencialidades ou fragilidades desenvolvidas (TAMAYO, MENDONÇA e SILVA, 2012).

Ainda sobre o viés cognitivo do estresse, Lazarus e Folkman (1984), caracterizam sua teoria partindo da premissa que os sujeitos interpretam a mesma experiência de maneira distinta por conta do seu funcionamento cognitivo singular, ou seja, mesmo estando expostos ao mesmo evento, a percepção dos indivíduos pode ser opostas, enquanto um considera o ambiente ameaçador, o outro pode perceber como desafiador. Nesse sentido, apenas um deles estaria vulnerável ao estresse, comprometendo seu bem-estar biopsicossocial. Diante do exposto, fica explícita a importância de avaliar o modelo cognitivo de cada pessoa, pois sua compreensão sobre os fatores estressores influenciam as consequências do estresse, podendo minimizar ou maximizar seus efeitos (HIRSCHLE *et al*, 2019).

Para Bezerra, Assis e Constantino (2016), a hipervigilância constante desencadeia a ansiedade, cujo estímulo sensorial acarreta em sofrimento psíquico. O ambiente carcerário pode ser considerado arriscado e estressante, o que leva os agentes de segurança a desenvolverem disfunções físicas e mentais. Dentre essas, vale destacar além do estresse, a síndrome de *Burnout*.

Maslach e Jackson (1981), foram as precursoras ao descrever *Burnout*, relacionando a instalação dessa doença referente à interação e percepção do sujeito com o trabalho e os seus determinantes, principalmente no trato das relações interpessoais, definindo a ocorrência desse fenômeno em três dimensões: a exaustão emocional, referente ao desequilíbrio emocional e excesso de labor, a despersonalização, quando o servidor introjeta negativamente seus sentimentos associados aos colegas de trabalho, exibindo comportamentos indiferentes e cínicos, e a baixa realização pessoal, julgando a si próprio de forma negativa. Diante dos assuntos abordados, vale ressaltar que a literatura diferencia o estresse e a síndrome de *Burnout*. O primeiro se refere à exaustão do sujeito afetando diversas áreas de sua vida, já o segundo é entendido como uma reação aos fatores estressores crônicos relacionados ao trabalho, o que por vezes impossibilita um diagnóstico claro (CODÓ e VASQUES, 1999).

Essa pesquisa teve como problemática e objetivo geral, avaliar se o contexto laboral do agente penitenciário pode ou não favorecer a vulnerabilidade ao estresse. Como objetivos específicos, procurou-se levantar as características sociodemográficas dos participantes, verificar o grau de satisfação em relação a sua vivência social e laboral, analisar a percepção quanto aos fatores de saúde e bem-estar físico e mental, e por último, avaliar os níveis de pressão e rotina, clima institucional e infraestrutura oriundas do trabalho através do teste EVENT. A relevância dessa pesquisa se justifica pela escassez de trabalhos científicos realizados com esse público, possibilitando maior compreensão sobre a temática.

2 METODOLOGIA

De acordo com os instrumentos utilizados para a coleta de dados, tal pesquisa é caracterizada como quantitativa, descritiva e inferencial. Segundo Provanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa considera os dados que podem ser representados em números utilizando de recursos estatísticos para análise e classificação dos resultados. Já às pesquisas descritivas, de acordo com Gil (2002), objetivam descrever as características de uma população ou fenômeno, através de questionários e observações permitindo comparar as variáveis.

2.1 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com agentes penitenciários que atuam em penitenciárias estaduais em uma cidade do oeste do Paraná, que estão em pleno exercício de sua função e que mantenham contato direto com os apenados. Foram convidados 30 participantes de gêneros distintos, com faixa etária entre 18 a 54 anos, conforme as instruções do teste eleito para esse trabalho. O critério de seleção para participação foi a manifestação voluntária dos servidores presentes a cada plantão, até que se alcançou a amostra de participantes proposta. A coleta de dados foi realizada nas referidas instituições, sendo disponibilizada uma sala equipada com mesas, cadeiras, iluminação adequada, sendo esta geralmente utilizada para as reuniões.

2.2 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o questionário sócio- demográfico elaborado pelas responsáveis da pesquisa, dispondo de 18 perguntas objetivas, com o propósito de levantar, além das características sociodemográficas da população pesquisada, sua percepção a

respeito do seu bem estar físico, mental e social, possibilitando ainda, verificar o grau de satisfação dos agentes em relação a sua vivência laboral.

Para verificar os níveis de vulnerabilidade ao estresse foi aplicado a Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho - EVENT, elaborado por Sisto, Baptista, Angeli e Noronha (2008), aprovado pelo CFP, conforme data plenária 06/07/2007. O instrumento tem como público alvo adolescentes e adultos com idade entre 17 a 54 anos, composto por uma escala de quarenta itens, avaliando, o clima e funcionamento institucional, os níveis de pressão no trabalho e a infraestrutura e rotina no contexto laboral. No teste, são apresentadas questões objetivas sobre situações vivenciadas no âmbito laboral, nas quais o sujeito deve marcar o quanto cada uma delas o incomoda.

2.3 PROCEDIMENTOS

A viabilidade dessa pesquisa se confirmou após a aprovação do comitê de ética em pesquisa com seres humanos. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi emitido em duas vias, sendo uma destinada as pesquisadoras e outra aos participantes, após o *rapport* das responsabilidades de ambas as partes por se tratar de um requisito prioritário em pesquisas dessa natureza, atendendo às questões éticas em respeito à dignidade humana. O consentimento das instituições eleitas para este estudo científico foi acordado e devidamente assinado, através do documento de Declaração da instituição participante, assinado pelo responsável legal do estabelecimento, sendo detalhado os aspectos éticos e legais, procedimentos e instrumentos utilizados, como também sobre as possíveis maneiras de divulgação, além do compromisso com o sigilo e a privacidade tanto dos voluntários quanto das unidades prisionais.

Antecedendo a coleta de dados, foi realizado um *rapport* sobre os riscos e benefícios em participar da pesquisa, ressaltando a confidencialidade das informações fornecidas, além de instruir sobre as especificidades e orientações dos instrumentos utilizados. A aplicação do teste e questionário ocorreu nas instalações das unidades prisionais, de acordo com a disponibilidade de cada servidor.

Primando assegurar o sigilo das informações, os instrumentos foram disponibilizados em um envelope sem identificação, com questões objetivas, sendo distribuídos e coletados aleatoriamente. Os dados dessa pesquisa ficarão sob guarda das pesquisadoras, por um período de 5 anos após o encerramento do estudo, os resultados obtidos poderão ser publicados e apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto as informações serão confidenciais e sigilosas, não possibilitando a identificação dos voluntários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados coletados através do questionário sócio-demográfico definiram que a população de agentes pesquisa é composta por 87% (N=26) do gênero masculino e 13% (N= 04) feminino, declarando-se 53.33% (N=16) brancos, 43.33% (N=13) pardos e 3.34% (N=01) negro. A idade prevalente da amostra é de 35 a 39 anos somando 30% (N=09), seguida de 23,33% (N=07) com a faixa etária entre 45 a 50 anos. Em relação ao estado civil e à escolaridade, 80% (N=24) dos participantes são casados (as), 50% (N=15) possuem ensino superior, 23% (N=07) ensino médio e 17% (N=05) pós graduação. Quanto ao tempo de atuação no contexto penitenciário, 67% (N=20) exercem sua função há mais de dez anos.

Corroborando com os dados sócio-demográficos da presente pesquisa com o mesmo público, Mariano (2016), em seu estudo traçou o perfil dos agentes participantes, somando 90,6% do gênero masculino e 9,4% feminino, 44,3% com idade prevalente entre 31 a 40, sendo que 72,1% se declararam casados, 54,4% possuem nível superior de ensino, com tempo de atuação predominante entre 04 a 10 anos somando o percentual de 59,7%.

Em relação aos níveis de satisfação no trabalho, a pesquisa revelou que 47% dos agentes sentem-se realizados profissionalmente, porém ao responderem à questão equivalente a possibilidade de escolher novamente sua profissão, 57% (N=17) declararam que escolheriam outra atividade, 17% (N=05) permaneceriam como agentes porém se houvesse melhores condições de trabalho, 10% (N=03) escolheriam a mesma função, 10% (N=03) optariam em trabalhar na área penal, mas em outro cargo e 6% (N=02) não souberam responder, ou seja, apesar de haver realização em exercer a função, ainda assim, a maior parte dos voluntários escolheriam outro exercício.

A ambivalência acerca do sentimento de realização e satisfação, também foi descrita por Tschiedel e Monteiro (2013), ao concluírem que as motivações positivas dizem respeito aos salários, horário de trabalho e estabilidade, e as negativas referem-se à falta de reconhecimento e às condições insalubres e precárias. Já para Lopes (2002), a insatisfação está ligada à falta de reconhecimento da sociedade e do Estado, e sua permanência nessa função se justifica ao habituarem-se à rotina e trabalho no cárcere, declarando pouca satisfação ao exercerem sua profissão.

Em se tratando aos níveis de satisfação nas demais esferas da vida, utilizou-se uma questão objetiva com escala Likert, para detectar os índices de satisfação do agente no contexto familiar, seguido da área sexual, convívio social, saúde fisiológica, vida espiritual e por último a realização profissional. Conforme observa-se na tabela abaixo:

Tabela 1- Níveis de satisfação do agente penitenciário em diferentes contextos

	Muito satisfeito	Satisfeito	Nem satisfeito, nem insatisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Familiar	53% (N=16)	33% (N=10)	14% (N=04)	-	-
Social	27% (N=08)	40% (N=12)	27% (N=08)	6% (N=02)	-
Sexual	33% (N=10)	47% (N=14)	14% (N=04)	3% (N=01)	3% (N=01)
Espiritual	17% (N=05)	47% (N=14)	33% (N=10)	3% (N=01)	-
Saúde fisiológica	23,5%(N=07)	47% (N=14)	23,5% (N=07)	3% (N=01)	3% (N=01)
Realização profissional	10% (N=03)	47% (N=14)	30% (N=09)	10% (N=03)	3% (N=01)

Fonte: Dados coletados pelas pesquisadoras (2019).

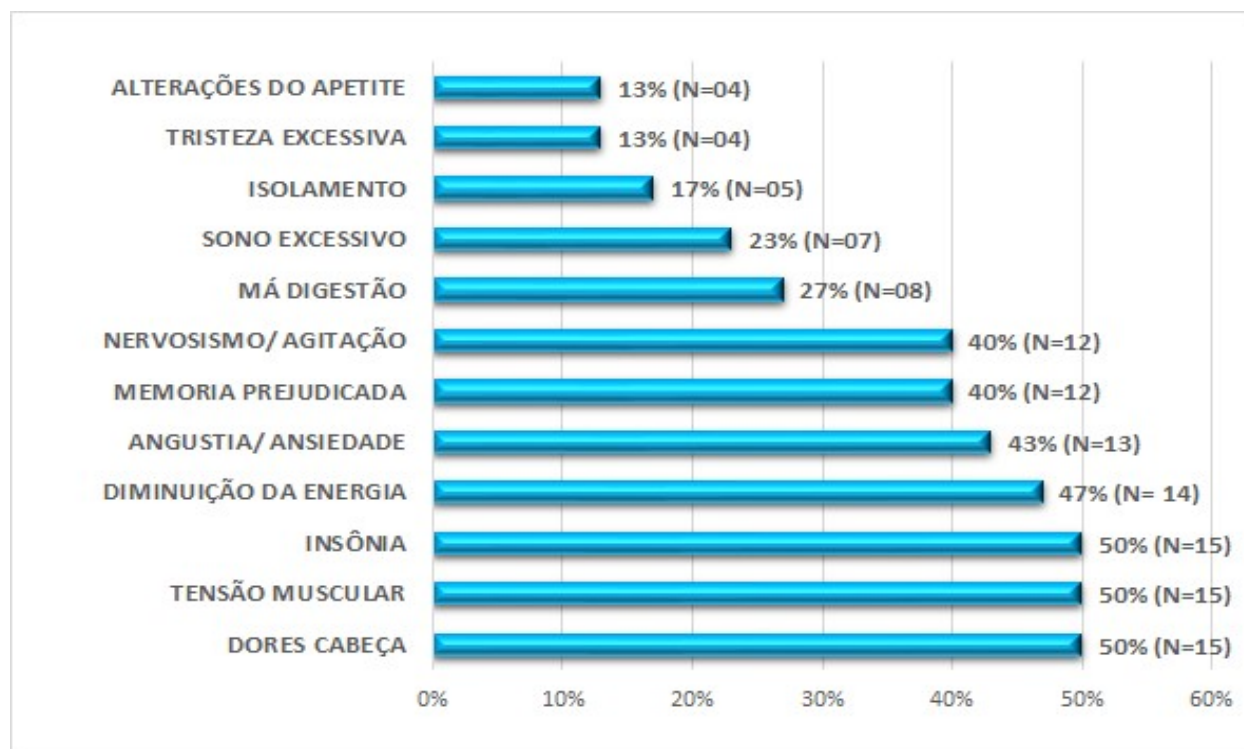
Dentre as várias atividades que realizam fora da vida intramuros, 70% (N=21) assinalaram ter como preferência estar com a família, 63% (N=19) assistir TV, 57% (N=17) ficar em casa, 50% (N=15) dormir e descansar, 47% (N=14) se dedicar a prática de esportes, 40% (N=12) utilizar as redes sociais, sendo o mesmo percentual dedicado para namorar, 33% (N=10) estar com os amigos, seguido de 30% (N=09) frequentar igrejas, 20% (N=06) frequentar clubes, 20% (N=06) ficar sozinho, 20% (N=06) trabalhar em outra função e 13% (N=04) frequentar festas. Destarte a essas informações, os agentes apresentaram tendência ao isolamento social, optando permanecer em ambientes restritos ao seu convívio familiar, ou ainda, frequentar locais aos quais julgam não estarem expostos a situações de perigo e vulnerabilidade.

Assemelhando-se às informações acima descritas, Scartazzini (2014), observou que esses sujeitos, ao ingressarem-se nessa profissão, desenvolvem um novo repertório comportamental, mantendo-se constantemente hipervigilantes, exibindo cautela e precaução diante de qualquer ambiente onde esteja inserido, e principalmente relacionado ao convívio social, além disso, a autora destacou ainda que 80% dos agentes pesquisados, não revelam sua profissão por questões de segurança e temor do julgamento e estigma relacionados a sua ocupação.

A presente pesquisa buscou também identificar alguns sintomas percebidos pelos agentes penitenciários nos últimos trinta dias, sendo estes, todos relacionados ao estresse, permitindo pontuar a fidedignidade dos dados obtidos, uma vez que o percentual dos sintomas estressores, foi

compatível com os índices apresentados através do Teste Event sobre os níveis de vulnerabilidade ao estresse, sendo os resultados apresentados de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Sintomatologia apresentada pelos agentes penitenciários nos últimos 30 dias



Fonte: Dados coletados pelas pesquisadoras (2019).

Assemelhando-se aos sintomas acima descritos em estudos relacionados, Albuquerque e Araújo (2018) identificaram que 68% da amostra, apresentaram dores de cabeça, tensão e preocupação, dormem mal, cansaço excessivo e tristeza frequente. Bezerra, Assis e Constantino (2016) constataram a elevação da ansiedade e agressividade, nervosismo, alterações do sono, níveis de tensão e dores estomacais. Já para Moraes (2013), detectou-se sentimentos frequentes de ansiedade e medo e em comparecer ao local de trabalho, sobretudo em épocas de rebeliões, cansaço, nervosismo e ansiedade, apontando o estresse como principal causador de sofrimento.

Ao investigar as patologias já diagnosticadas, 17% (N=05) estão atualmente em tratamento para o controle da hipertensão arterial, 10% (N=03) para transtorno do sono, 10% (N=03) transtorno de ansiedade, 7% (N=02) depressão e 7% (N=02) transtorno de estresse pós traumático, dentre os quais, justificam o índice de 13% (N=04) da solicitação de afastamentos, revelando ainda que 13% (N=04) fazem uso contínuo de medicamentos. Em revisão de literatura sobre o ambiente carcerário, Bezerra, Assis e Constantino (2016) e Lourenço (2010), destacaram que a rotina de trabalho, por exigir concentração e hipervigilância constante, desencadeia acúmulo de tensão, predispondo a instalação do estresse e das doenças advindas do trabalho, citando a incidência de distúrbios psicológicos como o transtorno do sono, *Burnout*, transtorno depressivo maior,

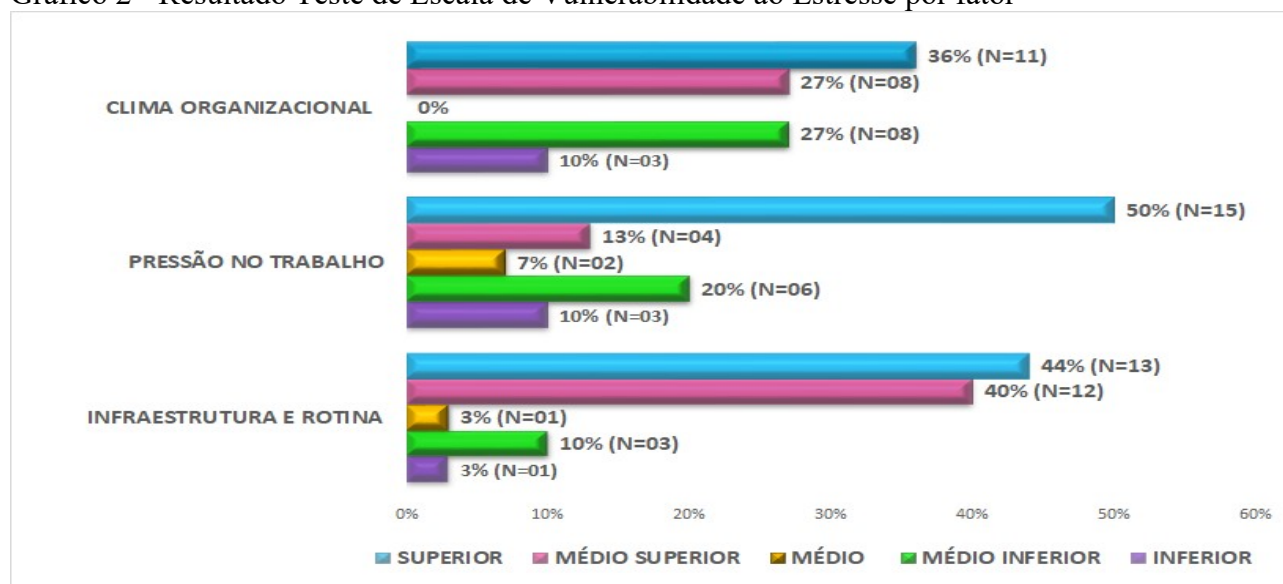
dependência química, paranoia, além de doenças fisiológicas citando a hipertensão, o diabetes, o sobrepeso e as alterações cardiovasculares.

Em se tratando do uso de substâncias psicoativas 47% (N=14), disseram fazer o uso de álcool e 13% (N=04) de tabaco. Em pesquisa realizada por Moraes (2013) e Dimenstein *et al* (2017), identificou-se o consumo recorrente de psicoativos, associando fatores emocionais como sentimento de menos valia, excesso de trabalho, insatisfação, medo e agressividade, fatores que são comumente evidenciados nessa profissão. Seguindo essa linha de pesquisa Lima *et al*, (2019), constataram que 35,9% dos participantes fazem o uso abusivo em tabaco, 88% uso de álcool.

Por meio da aplicação do teste EVENT verificou-se os níveis de vulnerabilidade ao estresse, revelando que 50% (N=15) dos agentes manifestaram nível superior de estresse, 20% (N=06) médio superior, 7% (N=02) médio, 16% (N=05) médio inferior e 7% (N=02) inferior, apontando que o tempo de atuação profissional não pode ser utilizado como parâmetro para desencadear o estresse, uma vez que a faixa etária mais acometida foi evidenciada entre os sujeitos mais jovens com idade entre 25 a 34 anos. Segundo a pesquisa realizada por Pinto e Oliveira (2018) com dezessete agentes penitenciários sobre estresse, utilizando como instrumento o teste Lipp, constatou-se que 58,82% (N=10) não apresentaram sintomas de estresse, apontando que apenas 01 dos participantes está acometido, não corroborando com os resultados deste estudo.

Buscou-se ainda avaliar a percepção do agente relativo às suas práticas laborais, examinando especificamente três fatores concernentes às instituições prisionais, relacionados à infraestrutura e à rotina, pressão no trabalho e ao clima organizacional, demonstrados através do gráfico 2 e discutido posteriormente:

Gráfico 2 - Resultado Teste de Escala de Vulnerabilidade ao Estresse por fator



Fonte: Dados coletados pelas pesquisadoras (2019).

Em relação à variável clima e funcionamento organizacional, a população pesquisada demonstrou nível superior de vulnerabilidade ao estresse 36% (N=11), 27% (N=8) médio superior, 27% (N=8) médio inferior e 10% (N=03) inferior. Dentre as afirmações pertinentes a esse tema, as situações que pontuaram nível superior de estresse foram: 70% (N=21) falta de planejamento de cargos e salários, 70% (N=21) consideram a remuneração inadequada, 63% (N=19) a invisibilidade da função exercida, 50% (N=15) relacionado ao ambiente físico inadequado, 50% (N=15) falta de perspectiva relacionada à ascensão profissional. Não obstante aos dados apresentados, 47% (N=14) dos agentes consideram positivas as relações com as chefias.

Corroborando com a pesquisa, Molina e Calvo (2010) e Mariano (2016), utilizando do mesmo instrumento para avaliar o estresse em agentes, apontaram que o clima e funcionamento de acordo com o primeiro estudo indica 31% de nível superior de vulnerabilidade e o segundo 49,2%, detalhando o ambiente de trabalho como degradante e possível gatilho para que o trabalhador desenvolva desgastes de ordem física e emocional. Em pesquisa de Carvalho e Gagliardi (2018) no que se trata das relações sócio-profissionais representadas pela gestão do trabalho, comunicação e interação profissional, apresentam nível de adoecimento considerável. Sobre os fatores de prazer no trabalho, destacou-se ter orgulho da profissão, percebeu-se também alto índice de companheirismo entre os colegas, porém dificuldade para lidar com as chefias.

No que se trata dos níveis de pressão no trabalho 50% (N=15) apresentou índice superior, 13% (N=4) médio superior, 7% (N=02) médio, 20% (N=08) médio inferior e 10% (N=3) inferior. Esse aspecto trata-se dos níveis de pressão oriundas do trabalho, sendo o principal desencadeador de estresse. Nessa perspectiva, considerou-se também as circunstâncias às quais os níveis de vulnerabilidade são apontadas como superiores, constatando que 50% (N=15) realizam atividades além da sua ocupação, 47% (N=14) executam o trabalho do outro, 57% (N=17) alegam o excesso de responsabilidade para executar sua função diária, cerca de 50% (N=15) julgam o ritmo de trabalho acelerado, 50% (N=15) se queixam pela necessidade de atender às demandas de várias pessoas ao mesmo tempo, sendo o acúmulo de funções o critério mais preocupante somando 63% (N=19) das opiniões.

Sustentando a fidedignidade dos resultados acima mencionados, Mariano (2016), verificou que a pressão no ambiente laboral alcançou o percentual de 55,2% em nível superior na escala de vulnerabilidade, destacando como queixas mais latentes à responsabilidade excessiva, à inevitabilidade em fazer o trabalho do outro e ao ritmo frenético de trabalho. Analisando também a relação entre trabalho e saúde mental dos carcereiros, Bezerra, Assis e Constantino (2016), constataram que as condições estressoras percebidas pelos agentes foram o acúmulo de funções, a ausência de equipamentos e materiais, equipe insuficiente, exposição a riscos e violência, receio em

contrair doenças, conflito de papéis, estigma da profissão, superlotação, sendo este último, um dos principais desencadeadores do medo e da vulnerabilidade. Carvalho e Gagliardi (2018), indicaram elevado risco de adoecimento do trabalho no cárcere em relação ao ritmo das tarefas laborais ultrapassando por vezes a capacidade individual, alterando a saúde e afetando os níveis de desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo, destacando como os mais graves as tarefas repetitivas e equipe insuficiente.

O terceiro fator que investiga a infraestrutura e rotina expressou que 44% (N=13) da amostra comprova nível superior de estresse, 40% (N=12) médio superior, 3% (N=1) médio, 10% (N=03) médio inferior e 3% (N=1) inferior. Conforme exemplifica o Gráfico 2, a infraestrutura e rotina, exibe 44% (N=13) de nível superior de estresse, porém o grau médio superior soma 40% (N=12) da população pesquisada, apontando para o crescimento do descontentamento a respeito desse tema, revelando que 50% (N=15) avaliam que os equipamentos para realização de sua atividade são precários, 40% (N=12) compreendem a mudança de chefia recorrente como uma condição estressora, além de pontuarem o afastamento e licença dos colegas que ocorrem ocasionalmente prejudicando a dinâmica laboral, somando o percentual de 37% (N=11).

Por fim, legitimando a realidade acima mencionada, Mariano (2016) destacou que a falta de equipamento obteve 87,7 % das questões objetivas como nível superior, seguida de 70,2% referente à insatisfação quanto à iluminação da instituição e 40,5%, a respeito das mudanças de chefias. Sendo assim, tais números refutam a pesquisa de Molina e Calvo (2010), ao registrar como 10% esse fator como desencadeador de estresse.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como intuito avaliar os níveis de satisfação e vulnerabilidade ao estresse do agente penitenciário, relacionados às condições de trabalho, utilizando como instrumentos o questionário sócio demográfico e o teste Event. De acordo com os resultados obtidos, o contexto laboral do agente penitenciário favorece a vulnerabilidade ao estresse, apontando inclusive que este fenômeno já está instalado em 50% da população pesquisada, demonstrando a necessidade de voltar o olhar para esses servidores no tocante ao comprometimento da sua saúde mental.

Apesar de 47% da amostra apresentar satisfação em realizar suas atividades, 57% declararam que escolheriam outra profissão, uma vez que, apenas três dos trinta participantes escolheriam a mesma função. Infere-se portanto, que as condições de trabalho são determinantes para o bem-estar biopsicossocial, podendo ser constatado através dos fatores investigados, ao revelar a

predominância de níveis superiores de estresse nos aspectos de pressão no trabalho, infraestrutura e rotina e clima organizacional.

Os sintomas identificados nos últimos trinta dias pesquisados através do questionário sócio demográfico, estão relacionados aos critérios de diagnóstico de estresse, demonstrando a prevalência em 50% dos agentes. Cabe ressaltar a fidedignidade da presente pesquisa ao constatar o mesmo índice do nível superior de estresse através do teste Event. Sendo assim, é evidente que o âmbito profissional na atualidade exige a constante atualização frente ao progresso da tecnologia, globalização e do desenvolvimento pessoal, excedendo por vezes, os atributos e as aptidões que a pessoa possui, corroborando para o surgimento do estresse, desencadeando disfunções físicas, psicológicas e sociais, afetando todos os domínios da vida do trabalhador, sugerindo ainda, futuras pesquisas relacionadas a Síndrome de *Burnout*, para a realização de um diagnóstico preciso a respeito do quanto a relação homem e trabalho, favorece o adoecimento psíquico e instalação da patologia citada.

Conclui-se com esse resultado, a importância de outros pesquisadores explorarem e intervirem junto a tais servidores, pois as demandas são visíveis e latentes. Estudar as motivações e causas do adoecimento desses profissionais, possibilita o planejamento de ações para promoção e prevenção de saúde. Diante da realidade precária e insalubre do cárcere brasileiro, sugere-se investir no capital humano das instituições prisionais, ou seja, capacitar os agentes penitenciários, para que os mesmos desenvolvam um repertório de habilidades e comportamentos como estratégia de enfrentamento diante das condições e demandas oriundas do contexto laboral.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. R.; ARAÚJO, M. R. M. **Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe**. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 19-30, abr. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2018000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.20435/v10i1.456>.

BEZERRA, C. M.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2135-2146, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.00502016>. Acesso em: 14 de jun. 2019.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Resolução n° 1, de 09 de março de 2009. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao1de09demarcode2009.pdf>. Acesso em 11 nov. 2019.

CARVALHO, S.M; GAGLIARDI E,C,V. **O risco de adoecimento de agentes penitenciários**. Revista eletrônica **Gestão e Saúde** pag 3263-3289. 2014 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/1919> Acesso em 07 jun. 2019.

CODO, W, VASQUES, M, I. **O que é burnout?** Educação: Carinho e trabalho,. (pp. 237-255). Rio de Janeiro: Vozes. 1999.

DEPEN, **Práticas de segurança nas unidades penais do Paraná** / organizador José Roberto Rodrigues Santos. - Curitiba, PR : Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. (Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná) 1. Prisões – Paraná. 2. Direito penitenciário - Brasil. I. Santos, José Roberto Rodrigues, 2011. http://www.espen.pr.gov.br/arquivos/File/caderno_seguranca.pdf acesso em 20 abr. 2019.

DIMENSTEIN, M; LIMA A. I. O; FIGUEIRÓ R. A; LEITE J. F. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília , v. 17, n. 1, p. 62-70, mar. 2017 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100008. Acesso em 08 out. 2019.

FILHO, T. D. M. G. **História das Prisões**, 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/historia-das-prisoas/114852/> Acesso em: 26 mar 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo:Atlas, 2002.

HIRSCHLE, A. L; GONDIM S. M. G; ALBERTON G. D; FERREIRA A. S. M. Estresse e bem estar no trabalho: O papel da regulação emocional. **Revista de Psicologia Organizacional do Trabalho**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 532-543, jun. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000100004>. Acesso em 03 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.1.14774>.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN**, atualização junho de 2016. Organização: Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa [et al.]. Brasília, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

LAZARUS, R. S., & FOLKMAN, S. **Estresse, apreciação e coping**. New York: Springer. 1984

LIMA, A. I. O; DIMENSTEIN, M; FIGUEIRÓ, R; LEITE J; DANTAS, C. **Psicologia: Teoria e Pesquisa - Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários**. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v35/1806-3446-ptp-35-e3555.pdf>Acesso: 08 out. 2019.

LIPP, M. E. N; GUEVARA, A. J. H; Validação Empírica do Inventário de Sintomas de Stress (ISS). **Estudos Psicologia**, v.11, n.3, 1994.

LOPES, R. **Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais**. Psicol. Am. Lat., México, n. 0, ago. 2002 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2002000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 out. 2019.

LOURENÇO, A. S. **O Espaço de Vida do Agente de Segurança Penitenciária no Cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. Curitiba: Jaruá. 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072010-153506/publico/lourenco_do.pdf Acesso: 08 set. 2019.

LOURENÇO, L. C. **Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte**. Ed. Dilemas. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/8211423/Batendo_a_tranca_Impactos_do_encarceramento_em_agentes_penitenciar%C3%A1rios_da_Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Belo_Horizonte?auto=download Acesso: 08 set. 2019.

MARIANO R. A. **Operários no Cárcere: Diagnóstico sobre a saúde e as condições de trabalho dos agentes penitenciários no Paraná**. SINDARSPEN. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.sindarspen.org.br/upload/download/856>. Acesso em: 10 maio 2019.

MASLACH, C., JACKSON, S. A **medição da experiência de esgotamento**. *Jornal de Ocupação Comportamental*, pg, 99-113, 2(2), 1981.

MOLINA, C; CALVO, E. A. **Doenças ocupacionais: um estudo sobre o estresse em agentes penitenciários de uma unidade prisional**. 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/30395484-Doencas-ocupacionais-um-estudo->

sobre-o-estresse-em-agentes-penitenciarios-de-uma-unidade-prisional-claudia-molina-1-emanuel-alvares-calvo-2.html>. Acesso em: 07 junho 2019.

MORAES, P. R. B.P: A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo social, revista de sociologia da USV**. **25, n. 1**. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Nunes/Downloads/ 69036-91044-1-PB.pdf> Acesso em 02 abr. 2019.

PINTO,P.S; OLIVEIRA E. S. **O estresse no agente penitenciário de um município do interior do estado de Rondônia**, 2018. Disponível em: <http://revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/148/0>. Acesso em 02 set.2019.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. D; **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo, 2013.

SCARTAZZINI, L. **Entre grades e cadeados: a condição psicossocial do agente penitenciário em exercício na mesorregião da grande Florianópolis**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132743/333155.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso 10 de set de 2019.

SELYE H. **Stress: a tensão da vida**. São Paulo: Ibrasa, 1959.

SISTO, F. F; BAPTISTA, M. N; ANGELI, A. A. S; NORONHA, A. P. P; - **Análise Fatorial da Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT)**. Universidade São Francisco, Itatiba-SP, 2008.

TAMAYO, M. R., MENDONÇA, H; SILVA, E. N. **Relação entre estresse ocupacional, coping e burnout**. In M. C. Ferreira, & H. Mendonça (Orgs), **Saúde e bem-estar no trabalho: Dimensões individuais e culturais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

TSCHIEDEL R. M., MONTEIRO J. K. **Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária**. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2013, vol.18, n.3, pp. 527-535. ISSN 1678-4669. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300013>.